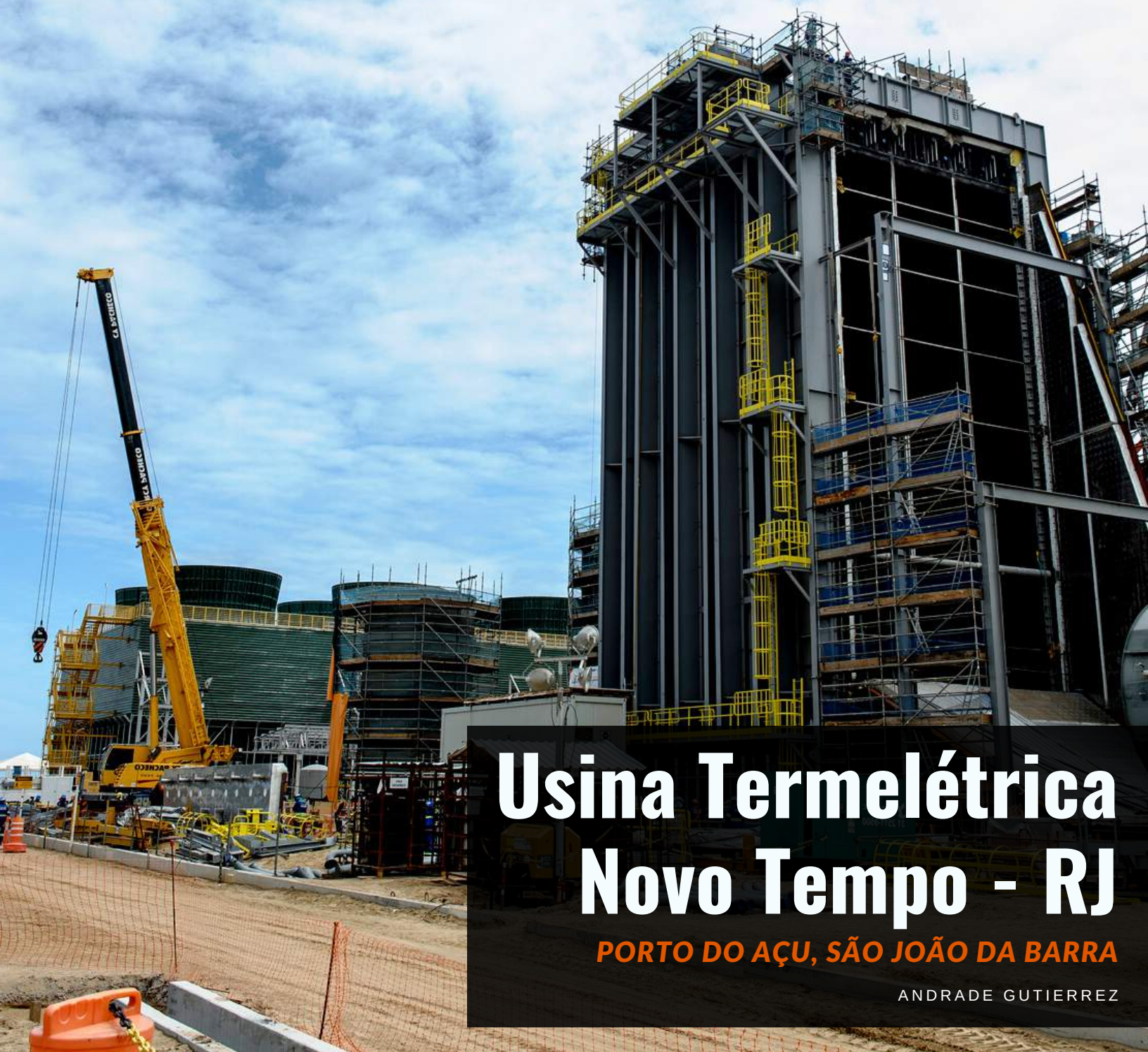


SINICON

em revista

REVISTA PERIÓDICA DO SINDICATO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA-INFRAESTRUTURA

EDIÇÃO 03 | SINICON.ORG.BR



Usina Termelétrica Novo Tempo - RJ

PORTO DO AÇU, SÃO JOÃO DA BARRA

ANDRADE GUTIERREZ

SINICON em revista

REVISTA PERIÓDICA DO SINDICATO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA-INFRAESTRUTURA

EDIÇÃO 03 | SINICON.ORG.BR

ESCRITÓRIOS

Rio de Janeiro: Rua Santa Luzia, nº 651, 11º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ/ CEP: 20030-041
Tel.: (21) 2210-1322

Brasília: SCS - Edifício Ceará - Qd 1, bloco E, nº 30 - 8º Andar
Sala 801 - Plano Piloto - Brasília - DF/ CEP: 70303-900
Tel.: (61) 3223-3161

Bahia: Av. Tancredo Neves, nº 274, Bloco A, Salas 202-203,
Centro Empresarial Iguatemi Caminho da Árvores, Salvador-
BA/ CEP 41820-020 Tel.: (71) 3450-8542

SINICON

em revista



NESTA EDIÇÃO

04 Mensagem do Presidente

05 Dia do Engenheiro

06 Entrevista

10 Artigo

11 Obra da Capa

13 Redes Sociais

14 O SINICON

15 DNIT

16 Informes

17 Lives e Webinars

19 Parceira

20 Infraestrutura

21 Infraestrutura

22 Associe-se

23 Serviços

24 Convenções Coletivas

EXPEDIENTE

Presidente

Alexandre Tostes

Vice-Presidente

Ricardo Fortini

Diretora Jurídica

Tatiane Ollé

Consultora Jurídica

Renilda Cavalcanti

Secretária do Jurídico

Claudia Crivano

Gerente Adm.

Bruno Lamounier

Assistente

Administrativo
Geisiane Santos

Estagiários de Administração

Lucas Guilherme
Ana Paula Gomes

Estagiária de Comunicação

Silnyra Oliveira

Conselho Diretor

Alexandre Guedes
Carlos Oliveira
Daniel Rizzotti
Fernando Quintas
Lázaro de Castro
Márcio Perez
Paulo Coutinho
Raimundo Cruz
Fernando Teixeira
José Mário Castilho
Roque Meliande

Diretorias Regionais

Bahia

Emílio Mazza

Goias

Mário Rassi

Pará

Lázaro Castro

Pernambuco

Fernando Teixeira

Sergipe

Raimundo Cruz

Conselho de Ética

Alexandre Olmacht
Eduardo Staino
Guilherme Luna
Luiz Felipe Seabra
Maria Ximena Roche
Patrícia Bueno
Sílvia Lacerda
Tatiane Ollé

Comitê de Inovação e Engenharia

Ricardo Fortini
Coordenador

Comitê Jurídico

Cristiano Castilhos
Coordenador

Comitê de Relações Institucionais

Murilo Mori
Coordenador

Comitê de Relações Trabalhistas

Alexandre Nunes
Coordenador

Comitê Tributário

Hevelyn Brichi
Coordenadora

Jornalista Responsável

Viviane Nunes
MTB: 41631/SP

Diagramação
Silnyra Oliveira

Mensagem do Presidente

Chegamos ao final de um ano de muitos testes e provações. Fomos convocados a superar desafios pessoais e profissionais nunca vividos. Mas, diante de perdas inestimáveis, evoluímos. A distância nos aproximou, diante da dificuldade mostramos resiliência, nos obstáculos mostramos nossa firmeza de propósitos, no nosso trabalho mostramos a esperança.

No SINICON e no Setor da Construção Pesada – Infraestrutura não foi diferente. Avançamos, enquanto entidade representativa de um setor tão importante que merece a devida atenção.

Participamos da defesa dos legítimos interesses do segmento em pautas de políticas públicas importantes. Evidenciamos a nossa capacidade de rápida adaptação à novas realidades de saúde e segurança do trabalho.

Demonstramos nosso esforço na preservação de empregos e na responsabilidade que temos de sermos um vetor da retomada da economia.

Realizamos importantes diálogos com outras entidades do setor produtivo e do Governo reforçando nosso espírito de superar gargalos que atrasam nosso desenvolvimento como sociedade e às vezes põem risco à própria sobrevivência do setor.

A dedicação de todos aqueles que contribuíram de alguma maneira para nosso resultado positivo, nos enche de orgulho. Só aumenta nossa crença de que juntos e cada vez mais somos capazes de superar os desafios que nos deparamos.

Boas festas.

Alexandre Tostes
Presidente do SINICON



• 11 de DEZEMBRO •

Dia do ENGENHEIRO



Parabéns a todos os profissionais de Engenharia que concretizam sonhos e projetam realidades.



SINICON

Sindicato Nacional da Indústria da
Construção Pesada-Infraestrutura

“O Brasil tem 30 anos de déficit em infraestrutura”



O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura (SINICON), Alexandre Tostes, diz que o Brasil tem 30 anos de déficit em infraestrutura. De acordo com ele, é imprescindível retirar os gargalos que paralisam o desenvolvimento do país, até porque, a “infraestrutura está diretamente ligada ao avanço da sociedade”. Ao ser questionado sobre as investigações que levaram à derrocada de várias empresas, o sindicalista, que é diretor de Relações Institucionais da Odebrecht Engenharia, disse que era preciso “olhar para frente e avançar”. “É preciso se perceber que essa página foi virada, nós precisamos avançar e olhar para um futuro”.

O senhor é presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura. Que avaliação faz do setor? Quais os principais gargalos?

Olha, a gente vive um momento obviamente peculiar no Brasil e no mundo que é essa pandemia, mas queria trazer aqui uma visão do setor de um pouquinho antes da pandemia e de como a gente está saindo dela. O setor de infraestrutura evidentemente sofreu nos últimos anos com uma ausência de investimento, sofreu com dificuldades, sejam elas jurídicas ou de governança e organização. É um setor que é muito carente no Brasil, e aí não digo da última década, digo das últimas décadas. Se você for olhar alguns estudos, o Brasil tem 30 anos de déficit em infraestrutura. Os investimentos em infraestrutura caindo nos últimos anos e agente sofrendo com gargalos e com a dificuldade em competir com países que têm uma infraestrutura mais desenvolvida, mais madura. Somado a essa dificuldade que o Brasil já vinha

passando, e aí olhamos para 2020 como um grande ano de retomada, onde projetos de infraestrutura estavam sendo desenvolvidos através do Governo Federal, dos próprios estados... A gente foi surpreendido com a pandemia. E aí para trazer um pouco esse cenário durante a pandemia, tivemos algumas obras que foram necessárias parar, mas o setor, como é muito acostumado com grandes normas de segurança e saúde do trabalho, ele se adaptou muito rapidamente. Mas, por outro lado, os investimentos e projetos que eram esperados para esse ano infelizmente tiveram que esperar. O que nós vemos agora é uma possibilidade de retomada da economia, uma possibilidade de retomada de obras estratégicas que vão permitir com que o Brasil avance e aqueça de novo a sua economia. O setor da construção pesada evidentemente é um responsável pela geração de emprego e renda, talvez o maior gerador de emprego e renda do Brasil. Então nós sabemos da nossa responsabilidade enquanto vetor dessa retomada, estamos nos preparando para isso. Temos um diálogo importante com a sociedade, com o setor privado e também com o Governo, seja ele em todos níveis, federal, municipal ou estadual. Esse diálogo é o que vai permitir a construção de políticas públicas, da segurança jurídica e de atração de investimento que é tão importante para o Brasil hoje.

O negócio da construção pesada tem uma importância fundamental para a economia do país, mas esbarra em muitos gargalos no dia a dia. Quais os principais entraves que deveriam ser colocados como prioridade para serem retirados?

Essa questão que é bem percebida por todos da necessidade de ter segurança jurídica, de marcos regulatórios, nós temos aí o recente marco do saneamento que foi o novo mercado de dimensões gigantes. É triste a gente pensar que ainda é um mercado que precisava de uma atenção no setor, que precisava de atenção e que agora gera um potencial e de interessar uma questão tão básica para a sociedade. Interessar a questão da segurança jurídica, esse diálogo tem sido mantido, ele precisa avançar. A Lei das Licitações, novos

marcos regulatórios na energia elétrica, cabotagem, ferrovias, essas estruturas normativas e regulatórias do sistema público precisam avançar. Mas, mais do que isso, é preciso que a gente perceba nas empresas de construção e engenharia a capacidade que elas têm de gerar diretamente emprego e renda... Que a sociedade perceba a importância que é a infraestrutura, perceba o quão é importante gerarmos competição, gerarmos melhores empresas e avançarmos enquanto sociedade. A infraestrutura está diretamente ligada ao avanço da sociedade. Nós tivemos a oportunidade de ter uma *live* com o vice-presidente Hamilton Mourão e uma das falas importantes dele foi justamente que a sociedade precisa se despir de determinados preconceitos em que o empresário é visto como um empresário do século 19. Isso já não é mais uma realidade, o empresário está muito associado ao interesse de geração de emprego e renda. Então se por um lado a gente tem esses avanços, por outro a gente precisa dessa percepção do quão importante é essa agenda de infraestrutura para a gente.

A infraestrutura está diretamente ligada ao avanço da sociedade.

Nos últimos anos, o segmento da construção civil pesada foi impactado diretamente por investigações e operações que acabaram gerando muitas demissões e o fechamento de empresas. Foi um erro fragilizar as corporações?

Olha, dizer que foi um erro eu acho que a gente percebeu evidentemente a importância que foi o endereçamento adequado das questões judiciais e das questões envolvendo erros do passado. Acho que esse papel foi adequado, ele está sendo tratado no âmbito da Justiça. E nosso papel aqui enquanto empresa é olhar para frente, é saber que essa jornada de transformação aconteceu, vem acontecendo. Nós percebemos em nossas associadas investimentos massivos em *compliance* e em integridade. É preciso se perceber que essa página foi virada, nós precisamos avançar,

e olhar para um futuro. Acho que o olhar inclusive, também trazendo um pouco da fala do vice-presidente sobre os erros do passado, de quem errou paga e vamos virar essa página, a gente não pode é aqui num setor tão importante ficar só olhando pelo retrovisor. É preciso olhar para frente e avançar, as empresas que fizeram essa virada de página fizeram justamente no intuito de poder contribuir para a solução do Brasil e para melhores condições na sociedade.

Como tem sido o diálogo com o Governo Federal, com o vice-presidente Mourão, com o próprio ministro Tarcísio de Freitas?

Olha, eu acho que você tocou em uma palavra importante que é o diálogo. Nós, aqui no SINICON, nossas associadas e o setor estão cientes de que para a gente avançar nessa agenda é importante o diálogo. E há algum tempo já esse diálogo tem sido muito profícuo, justamente porque também da parte do Governo é percebido a nossa intenção de fazer melhores políticas públicas, de trazer um diálogo qualificado. Acho que essa é uma parte que temos avançado bem, é através do diálogo que a gente tem trazido boas soluções e boas propostas. Temos conversado, não só como você mencionou, com o vice-presidente, mas demonstrações de importância do setor da construção pesada no Governo Federal, nos governos estaduais. O ministro Tarcísio no ano passado trouxe algumas declarações da importância deste setor, o próprio ministro Wagner Rosário, da Controladoria Geral da União, tomando conhecimento de algumas iniciativas do setor com relação a ética e integridade.

Nós, aqui no SINICON, nossas associadas e o setor estão cientes de que para a gente avançar nessa agenda é importante o diálogo.

Esforços tem sido feitos para destravar as obras da Ferrovia Oeste-Leste e do Porto Sul, além da

retirada de gargalos que impedem o crescimento e desenvolvimento do estado. Como o senhor avalia?

Eu acho que nós temos aí, infelizmente por conta da nossa deficiência em infraestrutura, excelentes oportunidades. A Bahia tem excelentes projetos que precisam de atenção. Alguns deles estão na agenda prioritária do Governo e nós temos tentado apoiá-lo. Acho que a Fiol é uma grande aposta do Governo e acho que vai trazer muito para o estado, mas também para a infraestrutura brasileira, é absolutamente estratégica. O que eu digo é que precisamos apoiar e ajudar a olhar esses gargalos que são estratégicos, que nós podemos atacar imediatamente. Eu acho que nós aqui do Sinicon temos nos esforçado para ajudar a trazer luz para esses projetos. Essa é a agenda que eu acho que vai estar muito casada com não só o desenvolvimento econômico, mas com a geração de emprego e renda.

Passada a fase mais crítica da pandemia, o que podemos esperar para a retomada do setor produtivo?

Se você me permitir, tem uma agenda anterior aqui, porque esse nosso esforço de preparação para retomada da economia que passa por um gargalo importante que é a desoneração da folha de pagamento. Essa previsibilidade da geração de emprego passa pelo veto ou a queda do veto a desoneração da folha. Trago esse assunto para cá porque ele é justamente o que tem a possibilidade de gerar um maior nível de previsibilidade não só para as empresas, mas para o investidor. Você trazer a desoneração da folha nessa agenda atual é permitir que você consiga estar preparado para a retomada desses investimentos importantes. Então nós temos aqui essa prioridade no sindicato hoje. E eu acho que ultrapassando esses assuntos, a gente consegue gerar segurança, saber que temos as condições necessárias para retomar grandes projetos e gerar emprego.

Aí a gente tem também que falar do debate sobre os marcos regulatórios do país, que

precisam ser colocados na pauta de prioridade também...

Eu acho que sim. Esses marcos regulatórios e essas agendas que trazem a segurança jurídica ao investidor são importantes, têm sido discutidas no Legislativo. Na pandemia sofreram um pouco para avançar, mas precisam ser retomados. Marco regulatório do setor ferroviário, de energia elétrica, a importantíssima lei de licitações, que traz muitos avanços para as licitações brasileiras, que moderniza a legislação, permite entrada de novos competidores no mercado, o que faz gerar eficiência nos mercados... A própria lei de saneamento que nos estados agora precisa estar ajustada, regulamentada... A gente tem alguns marcos que o SINICON acompanha e que precisam avançar e a gente espera que passado esse período aí de pandemia, e agora com as eleições municipais sendo ultrapassadas, essas pautas voltem para agenda prioritária do Governo.

Deve ser pauta prioritária do Governo também o crédito à exportação? E qual a importância da segurança jurídica para as operações no país?

Obrigado por essa pergunta, porque eu acho que uma das questões mais importantes aqui, quando a gente pensa em geração de emprego e renda, são que ferramentas que nós podemos utilizar para que o Brasil seja capaz de aumentar a quantidade de emprego que gera, a quantidade de renda que gera. E essa é uma das agendas importantes que precisa entrar na pauta... Eu não diria nem o crédito à exportação, mas são mecanismos de participação ou de uma agenda de comércio exterior do Brasil em outros países. Essa agenda, por questões que todos nós conhecemos, foi parada, mas existem mecanismos que o Brasil pode discutir para voltar a competir no mundo, no exterior. Se você olhar a nossa perda de participação no mercado africano, que há pouco tempo levava mais de duas mil pequenas e médias empresas a participar no mercado africano e que hoje não tem mais esse acesso, não existem mais mecanismos, que a gente perde oportunidade, que infelizmente está sendo ocupado por competidores de outros países que

têm seus mecanismos próprios, que precisam ser amadurecidos, precisam ser trabalhados, mas outros países já o têm e já fazem uso desse mecanismo para ocupar um espaço que era muito importante para o Brasil. Gerava não só renda, gerava emprego e gerava oportunidade para pequenas e médias empresas. Quando a gente fala de exportação de produtos serviço, a gente pensa que são só as grandes empresas que faziam, que se ocupavam de fazer isso, mas na verdade cada linha dessa de crédito gerava uma quantidade enorme de pequenas e médias empresas que se estabeleciam também nos outros países. Essa agenda é essencialmente importante pois ela precisa ser desvinculada de uma agenda de interesse político. Ela é essencialmente uma agenda de mercado, uma agenda de oportunidade de aquecimento da economia. E que a gente está super interessado em avançar, em discutir. Temos feito estudos, temos trabalhado e tentado trazer luz sobre esse assunto, porque a gente acha que é uma oportunidade para que o Brasil retome a sua economia. Olhar não só para o desenvolvimento do mercado interno, mas também para nossa participação, produtos e serviços no exterior.



Fortalecer o setor e impedir o retrocesso

Na medida em que grupos empresariais relevantes tiveram a sua participação de mercado reduzida em função de processos judiciais contra seus principais executivos, as demandas por grandes obras do setor público chegaram naturalmente para muitas empresas que construíram sua reputação exclusivamente no mercado privado.

O nosso portfólio já nos credencia para muitos segmentos, como hospitais, centros de distribuição, escolas e, diretamente ou via consórcios, em estruturas como obras de arte e estradas. E, de fato nossa metodologia construtiva é desejada.

Fortalecer o setor e impedir retrocesso significa criar instrumentos de *compliance* e controle, já utilizados no setor privado para que isso não se repita.

Com relação ao avanço tecnológico, em todos os setores da sociedade é uma realidade. Todos os dias vemos novas tecnologias aprimorando os processos de produção e controle das empresas.

Na construção civil, onde há uso de mão-de-obra intensiva, estas mudanças chegaram com atraso mas também estão presentes. No entanto, enfrentam desafios em um setor em que cada obra é diferente. De modo geral, não há uma padronização dos produtos, como nas indústrias de transformação.

As tecnologias de maior impacto na competitividade são as voltadas à gestão da informação e à industrialização dos processos.

Nosso maior desafio é inserir a tecnologia num mercado extremamente pulverizado tanto em termos de empresas de engenharia quanto em fornecedores. A equação do custo precisa ser melhor resolvida.

A forma de difundir é termos uma economia em crescimento por anos seguidos, o que ainda não ocorreu. Sem isso, investimentos em tecnologia são colocados em segundo plano.

Mas a grande questão é de que o projeto executivo precisa preceder à licitação e construção propriamente dita - no setor privado essa é a regra. No setor público, também pode ser. Não vejo como vício, mas como um modelo em uso que só é mantido por que as leis em vigor assim permitem. Os aditivos contratuais precisam ser tratados como exceção, não como regra.

Já é realidade na construção civil na área privada, particularmente na BN Engenharia, a obra de qualidade. Mas há necessidade de se repensar as técnicas de *compliance* sobre as obras, jamais sobre a engenharia.

Acredito que estamos no caminho certo. A sociedade está mais vigilante e os governos mais atentos aos anseios da sociedade. Essa transformação está em curso. Os programas de habitação popular do governo federal estão em curso e devem ser incentivados.

SOBRE O AUTOR

João Antônio Mattei é diretor geral da BN Engenharia. O artigo foi publicado inicialmente pela revista O Empreiteiro.





Andrade Gutierrez concluirá a primeira fase do maior complexo termelétrico da América Latina em 2021

A complexa Engenharia multidisciplinar da Usina Termelétrica Gás Natural Açú I (UTE GNA I) contou com a instalação de sistemas e equipamentos de última tecnologia

Quem observa a imponência das turbinas e caldeiras da Usina Termelétrica GNA I não imagina a complexa gestão e o desafiador projeto de engenharia desenvolvido para colocar de pé esse gigante empreendimento. Com data de operação comercial prevista para o segundo trimestre de 2021, o EPC (*Engineering, Procurement e Construction* - Engenharia, Aquisição e Construção -, também conhecido por Contratos de Empreitada Global) da planta encontra-se em sua etapa final de montagem e comissionamento. A Andrade Gutierrez, responsável pelo projeto e pelas obras civil e de montagem eletromecânica, além do fornecimento do BoP (*Balance of Payment* - Empréstimos de apoio à balança de pagamentos, na tradução livre), vem fazendo um trabalho exemplar em parceria com a Siemens, fabricante dos equipamentos da Ilha de Potência.



Torre de Resfriamento da Usina Termelétrica GNA I

Subestação da Usina Termelétrica GNA I



- 3 Turbinas a gás com potência de 297MW cada
- 1 Turbina a vapor com potência de 471MW
- 3 Caldeiras de recuperação de calor
- 1 torre de resfriamento
- Sistema de tratamento de água desmineralizada
- Sistema de dessalinização
- Sistema de medição e tratamento do gás
- 1 Subestação 345kV



A UTE GNA I, localizada no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ), possui uma capacidade instalada de 1,3 GW e pertence à GNA (Gás Natural Açú), uma *joint venture* formada pelas empresas Prumo Logística, British Petroleum e Siemens. Somada com a UTE GNA II de 1,7 GW de potência, cuja operação comercial está prevista para 2024, ambas as plantas formarão o maior complexo termelétrico da América Latina e terão capacidade de suprir energia para 14 milhões de residências. “A parceria com a GNA e Siemens se fortalece a cada desafio que enfrentamos em conjunto. Nossa engenharia de ponta, o trabalho realizado com excelência operacional e inovação, além do forte compromisso com os prazos pactuados, são essenciais para o sucesso do empreendimento”, comenta Daniel Breanza, Diretor de Negócios da Andrade Gutierrez.

A Andrade Gutierrez atuou na gestão de 4 mil funcionários no pico da montagem do site, superando os enormes desafios do prazo de implantação da usina, mesmo com a pandemia atingindo o instante de maior contingente na obra. “Na Andrade Gutierrez praticamos o cuidado ativo e genuíno uns com os outros, através do engajamento do Time, atingimos mais de 16 milhões de horas trabalhadas sem acidentes com afastamento em um empreendimento complexo com diversas interfaces multidisciplinares” comentou Wellysson Costa - Diretor do Contrato de GNA I.

“A Andrade Gutierrez, diante de toda reestruturação do setor de construção, se consolida como líder no mercado de energia e tem, mais uma vez, comprovada sua alta capacidade técnica e de execução de complexos projetos industriais, seguindo os maiores índices de qualidade e segurança, contribuindo definitivamente com o sucesso dos Planos de Negócios dos nossos clientes”, afirma Fernando Orsini, Presidente da Unidade de Energia, Óleo & Gás da Andrade Gutierrez.

SIGA O SINICON NAS REDES SOCIAIS!

As nossas Redes Sociais são atualizadas constantemente. Assim, você tem acesso mais fácil e rápido às notícias relacionadas ao setor da construção pesada-infraestrutura.

Clique e acesse agora:



/siniconsindicato



/siniconsindicato



@Sinicon_



@siniconsindicato



SINICON SINDICATO



(61) 3223-3161

O que o SINICON faz por suas associadas?



Negociações Coletivas de Trabalho

As negociações coletivas têm influência direta no custo da mão de obra, que representa mais de 40% das despesas do setor da Construção Pesada-Infraestrutura no Brasil. Um processo mal sucedido terá um efeito negativo sobre parcela significativa do valor de uma mão de obra. A reforma trabalhista trouxe importante transformação na relação sindical, com a predominância das negociações coletivas, fixando a prevalência do acordado sobre o legislado.



Poder de Representação

O SINICON detém representação junto à Confederação Nacional da Indústria - CNI, Federações das Indústrias e Associações. A atuação em conjunto com essas entidades objetiva o interesse comum do setor.



Representação Jurídica

Em ações coletivas, na defesa de interesses da categoria em todo o território nacional.



Consultoria Técnica

Consultoria sobre os temas: trabalhista, tributário, processos licitatórios e legislação ambiental, com elaboração de pareceres técnicos



Políticas Públicas

Acompanhamento de medidas de impacto nas atividades do setor: licitações, meio ambiente, financiamento, trabalhista e tributária. Defesa das pautas de interesse do setor junto ao Executivo e ao Legislativo, por meio de um processo de interação permanente com seus representantes.

Conheça
mais sobre
o SINICON

[Clique AQUI](#)



Ficou interessado?
Entre em contato:
sinicon@sinicon.org.br

SINICON e DNIT se reúnem na sede da Firjan

Para apresentar o panorama das rodovias federais no Estado do Rio de Janeiro, incluindo as ações em fase de planejamento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Rio de Janeiro (DNIT-RJ), o SINICON promoveu um encontro entre o DNIT e o Conselho de Infraestrutura da FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, do qual o SINICON faz parte.

O superintendente do DNIT, no Rio de Janeiro, Robson Loures disse que, com relação ao processo das concessões da Nova Dutra, CRT e Concer, que vencem em 2021, “O Ministério de Infraestrutura trabalha com a possibilidade de prorrogação de contratos, das duas primeiras, até que sejam definidos os novos concessionários”.

Também disse que há a possibilidade de que a Concer fique sob administração do DNIT, até a definição do novo concessionário. O Departamento trabalha com plano de ação para o trecho, incluindo retomada das obras do túnel da nova subida da Serra de Petrópolis.

Ele comentou que há a possibilidade do Governo Federal alterar o trecho desta concessão, estendendo-se até o município de Sete Lagoas – MG.

Atualmente, a concessão vai até Juiz de Fora.

Com relação ao Arco Metropolitano (BR-493), confirmou que as obras no trecho entre os quilômetros 101 e 116 serão retomadas, com a alteração do consórcio responsável. O Departamento também tem feito intervenções na manutenção e drenagem na rodovia, para evitar alagamentos, além de retirada de postes caídos ao longo da via.

Sobre a BR-356, afirmou que o DNIT pretende lançar edital para as obras de construção do Contorno de Itaperuna, com previsão de início em 2022, e de duplicação entre Campos e São João da Barra. Ainda, na rodovia, está prevista a conclusão da travessia de Itaperuna esse ano.

Participaram da reunião: o conselheiro do SINICON e diretor da FIRJAN, Roque Meliande; a diretora jurídica do sindicato, Tatiane Ollé; Mauro Ribeiro Viegas Filho (Presidente do Conselho de Infraestrutura da Firjan); Delmo Pinho (Secretário de Estado de Transportes), Luiz Monteiro (SIMDE), Robson Loures (DNIT) e Luiz Fernando Santos Reis (presidente executivo da AEERJ).

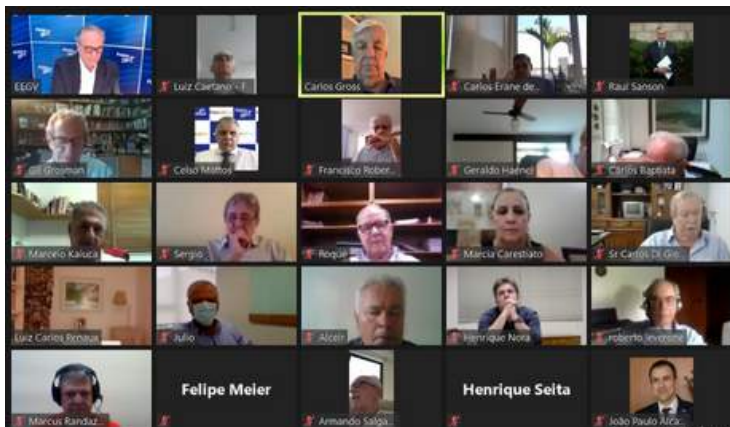


SINICON participa de reunião com governador do Rio de Janeiro, na FIRJAN

O SINICON participou da última reunião da FIRJAN, no ano de 2021, conduzida pelo presidente da Federação, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, com a presença do atual governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro e do Secretário de Fazenda do Estado, Guilherme Mercês. O representante do sindicato foi o conselheiro Roque Meliande e diretor da federação.

O encontro contou com a participação de diversos sindicatos filiados à FIRJAN. Entre outros temas tratados: incentivos fiscais, concessão da CDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. De acordo com o governador, o dinheiro obtido com a privatização da CDAE será revertido em infraestrutura, em especial rodoviária, para melhorar estradas do Rio de Janeiro. "É preciso investir na melhoria de portos, aeroportos, além da questão de licenciamento, que muitas vezes dura demasiadamente". Também falou sobre a modernização digital, que ajudará na diminuição da burocracia.

Sobre a recuperação das estradas no norte fluminense, o governador explicou que serão realizadas em duas etapas e haverá financiamento do BNDES, que deve entregar modelo de concessão. Outros pontos abordados: contrato de concessão de barcas, roubo de cargas e discussão das questões tributárias.



Conselheiro Roque Meliande, ao centro

Odebrecht anuncia fim do monitoramento pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos

A Odebrecht anunciou a conclusão do monitoramento externo independente que o DoJ (Departamento de Justiça dos Estados Unidos) vinha realizando dentro da empresa.

Os auditores indicados pelo DoJ estavam na empresa desde fevereiro de 2017. A Odebrecht diz que foi certificado que o sistema de conformidade está desenhado para prevenir e detectar possíveis violações das leis anticorrupção.

Em comunicado enviado para a imprensa, o presidente do conselho de administração da Odebrecht S.A., José Mauro Carneiro da Cunha, afirmou que "a conclusão do monitoramento e a certificação dada pelo monitor do DoJ são o atestado mais eloquente de que a Odebrecht aprendeu com os próprios erros e chegou ao mesmo nível das corporações que atuam com ética, integridade e transparência".

O trabalho de monitoramento estava previsto no acordo de leniência da empresa, que foi assinado em dezembro de 2016.

A empresa afirmou que foram entrevistados mais de seus 900 integrantes, incluindo membros de conselhos de administração, líderes de negócio e gerentes de projetos.

Os auditores também analisaram cerca de 30 mil documentos em sete países e 11 canteiros de obras. A equipe do monitor ainda recomendou políticas e procedimentos e fez pesquisa com mais de 1,3 mil integrantes para avaliar a percepção e eficácia do programa de conformidade.





Canva

Live Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes - PILT

Para falar sobre a Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes (PILT), o SINICON convidou o coordenador do projeto, Professor Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral. A Mediação foi do conselheiro do sindicato, Paulo Coutinho. A ideia de desenvolvimento da ferramenta surgiu há quase 5 anos, no início de 2016, provocado por algumas empresas concessionárias de rodovias, ferrovias e portos, que sentiam a necessidade de qualificar o debate entre a iniciativa privada e o governo com relação aos investimentos e à gestão de ativos de transportes no Brasil.

Assim, a plataforma foi desenvolvida com o objetivo de classificar projetos quanto à sua prioridade, orientando a tomada de decisão de investimento.

Por ser um projeto pioneiro no Brasil, o professor visitou várias instituições de referência para



Para assistir a *live* completa clique no play.



obter *benchmarkings* internacionais. Esteve na Universidade de Xangai (China), o MIT, Universidade de Hannover (ALE) e de Illinois (EUA). Todas elas de países com elevada qualidade na infraestrutura de transporte.

Vale destacar que houve uma preocupação de ser uma ferramenta para uso prático, e não acadêmico.

Comitê de Inovação e Engenharia

Com foco em apoiar o desenvolvimento em tecnologia na construção-pesada infraestrutura, o SINICON criou o Comitê de Inovação e Engenharia, que se reúne todo mês, virtualmente, por conta da pandemia. A coordenação do Comitê está à cargo do vice-presidente Ricardo Fortini.

Na última reunião, dia 1º de dezembro, foi criado um grupo de trabalho sobre BIM. Entre outros temas abordados, a partir de 2021, o SINICON



será participante do Fórum BIM Brasil. Também foram programadas *lives* para o ano que vem, com as demandas do setor.

Live Lei do Bem

No dia 16 de novembro, o SINICON realizou a *live* 'Lei do Bem', com a participação de Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Francisco Silveira, coordenador de Instrumentos de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). A abertura foi realizada por Ricardo Fortini, vice-presidente do SINICON. A mediação, a cargo de Caio Kague, da Camargo Corrêa Infra.

A lei cria incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. O governo federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e



Para assistir a *live* completa clique no play.



Inovações (MCTI), utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação por parte do setor privado.



PARCERIA

i *Ibmec*

&  **SINICON**
Sindicato Nacional da Indústria da
Construção Pesada-Infraestrutura

DESCONTOS
de até **20%**

Cursos de:
GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO

*Promoção válida apenas para associados e dependentes.
Entre em contato conosco e solicite sua declaração.

A Ibmec quebrou as barreiras entre a academia e o mercado com o intuito de formar alunos com inteligência emocional que atendam as demandas do mercado de trabalho



Senado vai analisar BR do Mar, projeto que estimula navegação de cabotagem

Deve chegar ao Senado nos próximos dias o projeto de lei que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem. Aprovado na terça-feira (8) pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o texto (PL 4.199/2020) cria a chamada BR do Mar, em alusão a uma rodovia marítima.

A navegação de cabotagem é aquela realizada entre portos marítimos, sem perder a costa de vista. O sistema foi muito usado para o transporte de cargas no Brasil na década de 1930, antes do desenvolvimento de ferrovias e estradas.

Segundo o PL 4.199/2020, as empresas poderão afretar embarcações a casco nu. Ou seja, alugar um navio vazio para uso na navegação de cabotagem. A matéria libera progressivamente o uso de navios estrangeiros entre portos brasileiros, mesmo que as embarcações tenham sido construídas fora do país.

O parecer do relator, deputado Gurgel (PSL-RJ), aumenta de três para quatro anos o tempo de transição para o afretamento de navios estrangeiros. De acordo com o texto, após um ano de vigência da lei, as empresas poderão afretar duas embarcações. No segundo ano, três. E no terceiro ano, quatro navios. A partir daí, não haverá limite para afretamento, observadas condições de segurança definidas em regulamento.

As embarcações estrangeiras devem usar a bandeira do país de origem. A bandeira do país vincula algumas obrigações legais, desde comerciais, fiscais e tributárias até trabalhistas e ambientais.

Saiba mais no link.



Porto de Paranaguá, no Paraná

EMENDAS

Duas mudanças aprovadas pelo Plenário da Câmara tratam de regras sobre contratos de transporte de longo prazo e uso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para financiar projetos de dragagem. Uma emenda da deputada Carla Dickson (Pros-RN) retoma trechos do texto original do projeto que haviam sido excluídos pelo relator. Os dispositivos atribuem ao Ministério da Infraestrutura a definição das cláusulas essenciais dos contratos de transporte de longo prazo e a tonelagem máxima que poderá ser afretada em relação às embarcações operantes com bandeira brasileira.

Outra emenda aprovada direciona 10% dos recursos do FMM ao financiamento total de projetos de dragagem de portos, hidrovias e canais de navegação apresentados por arrendatários e operadores de terminais de uso privado a fim de manter a profundidade da área fixada no edital de concessão. O autor foi o deputado Sérgio Souza (MDB-PR).

O projeto facilita a atuação de empresas brasileiras de investimento na navegação, como já ocorre em outros países na área de aviação comercial. Devido ao alto preço, grupos econômicos geralmente vinculados a bancos compram um avião e o alugam às companhias aéreas. Com as empresas de investimento em navegação ocorre o mesmo. O texto permite inclusive a transferência dos direitos de afretamento de embarcação estrangeira por tempo determinado às empresas de navegação, que prestam o serviço de transporte marítimo.



Governo Federal qualifica 35 novos projetos do Ministério da Infraestrutura

Entre os ativos estão as Malhas Ferroviárias Sul e Oeste, a desestatização da Codeba, que administra os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, e a concessão de 16 aeroportos, incluindo Congonhas e Santos Dumont

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) aprovou a qualificação de 35 novos projetos do Ministério da Infraestrutura (MInfra). Entre os projetos aprovados estão a relicitação ferroviária da Malha Oeste e a renovação da Malha Sul, a concessão de 16 aeroportos, incluindo Congonhas e Santos Dumont, e a desestatização da Companhia Docas da Bahia (Codeba) até o fim de 2022. As aprovações aconteceram durante a 14ª reunião do conselho, em Brasília, que foi presidida pelo presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com a Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do MInfra, Natália Marcassa, a reunião qualificou importantes projetos para a infraestrutura do país. “Hoje qualificamos 35 importantes projetos, que têm um potencial inicial de R\$ 6,4 bilhões de investimentos e de geração de mais de 100 mil empregos”, enfatizou.

A malha ferroviária Sul possui extensão de 7.223 km e atende todos os estados da região, além de parte de São Paulo. Já o lado Oeste, que possui 1.973 km de extensão, compreende o Mato Grosso do Sul e parte do estado paulista.

Saiba mais no link.



Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI)

No setor portuário, foi qualificada a desestatização da Codeba, que administra três portos: Salvador, Aratu e Ilhéus. A previsão do PPI é leiloar a Codeba no último trimestre em 2022. Também foram aprovadas as privatizações da Codesa (Vitória) e da Codesp (Santos e São Sebastião), além das concessões de mais cinco terminais portuários: um de granéis líquidos em Vila do Conde (PA), um de granéis sólidos e carga geral em Suape (PE), um de carga geral em Maceió (AL), um de granéis sólidos em Santos (SP) e outro de carga geral em Pelotas (RS).

Já no setor de rodovias, foi aprovada a relicitação do contrato de concessão da BR-163/MS, com leilão programado para 2022, além dos planos de desestatização de outros trechos que já estão com leilão programado, como o da BR-153/080/GO-TO. Além disso, foi lançado o InovaBR, programa de estímulo à modernização das principais rodovias federais, concedidas ou administradas pelo DNIT, para promover mais segurança e eficiência logística.

No setor aeroaviário, foram qualificados 16 aeroportos que fazem parte da 7ª rodada de concessões, divididos em 3 blocos (Blocos RJ-MG: Santos Dumont/RJ, Jacarepaguá/RJ, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG, Uberaba/MG; Bloco SP-MS: Congonhas/SP, Campo de Marte/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS; Bloco Norte II: Belém/PA, Santarém/PA, Marabá/PA, Carajás/PA, Altamira/PA, Macapá/AP), e outros 8 aeroportos regionais do Amazonas que serão objeto de uma PPP, a primeira aeroportuária a ser realizada pelo Governo Federal.





SEJA UM ASSOCIADO

Juntos, construindo um caminho para a Construção Pesada

O SINICON é a entidade patronal que representa a categoria da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura, com abrangência territorial interestadual em 18 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Com mais de 60 anos de experiência, tem escritórios em Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. Oferece consultorias diversas como: Jurídica, Trabalhista, Tributária, Licitações, entre outras.

O SINICON detém poder de representação junto a diversas entidades do setor e segmentos correlatos. Entre elas: CNI, Firjran, Fiepe, Fieba, Brasinfra.

MISSÃO

Defender os interesses das empresas do setor da construção pesada-infraestrutura em prol do bem-estar da sociedade e representar as empresas do segmento nas relações intersindiciais do trabalho.

VISÃO

Ser reconhecido como o mais representativo interlocutor do setor da construção pesada.

VALORES

- Todo serviço deve ser executado com ética;
- Toda e qualquer ação deve ser norteadas pela transparência;
- A preocupação com o meio ambiente, bem como com a segurança e saúde do trabalhador, devem ser consideradas nas ações do sindicato.

SERVIÇOS

O SINICON oferece às empresas associadas uma gama de serviços. Confira:

- Acompanhamento em Cartório Judicial e Notariais.

- Acordo Extrajudicial dentro da base territorial do SINICON.

- Acompanhamento em Audiência Judicial / Administrativa dentro da base territorial do SINICON.

- Acordo Coletivo.

- Assistência na Rescisão do Contrato de Trabalho.

- Parecer Jurídico.

- SISTAD. Novo sistema da RFB para o processo de conversão de DARF avulso para a DCTF Web.

- Assessoria em:

- REINF
- DCTF-Web
- E-Social
- ECD - Escrituração Contábil Digital
- ECF - Escrituração Contábil Fiscal
- EFD Contribuições
- DIRF
- REINF-DIRF

- Processo de apuração da Contribuição Previdenciária DCTFWweb

- Processo de apuração do FGTS através da Solução Caixa - Conectividade Social.

- EFD - REINF eventos para cálculo da contribuição previdenciária e totalizadores 5-5001 e R5011.

- E-Social: eventos para cálculo da contribuição previdenciária e totalizadores S-5001 e S5011.

- PERDCOMPWeb compensação de Contribuição Previdenciária e outros tributos.

- Acompanhamento da empresa em ambiente de homologação do E-Social, Reinf e DCTFWweb.

- Assessoria na Obtenção e Manutenção do CRCC da Petrobras.

- Coworking.

Convenções Coletivas

Empresas associadas, acessem nosso site **www.sinicon.org.br** e acompanhem o andamento das Convenções Coletivas de Trabalho.

Dificuldades com o acesso?
Entre em contato através do e-mail **comunicacao@sinicon.org.br**

Link+





Boas Festas!

Esta revista foi desenvolvida com muita dedicação, para que você fique por dentro das ações do SINICON e do setor da construção pesada-infraestrutura.

Nos encontramos na próxima edição, em 2021!

Sugestões de conteúdo, dúvidas e elogios entre em contato: comunicacao@sinicon.org.br

[Reveja a edição anterior clicando AQUI.](#)

ANUNCIE CONOSCO



ASSIM VOCÊ:

- ✓ **Gera maior visibilidade para a sua empresa;**
- ✓ **Participa dos principais meios de comunicação digital;**
- ✓ **Aumenta a credibilidade, facilitando a prospecção de novos clientes;**
- ✓ **Mostra que a empresa está presente nas ações do sindicato e do setor.**

CONSULTE-NOS

✉ comunicacao@sinicon.org.br